

SITUAÇÃO EM CABO VERDE

Comunicação de Sua Excelência o Alto Comissário de Cabo Verde na reunião de 25 de Janeiro de 1975 da Comissão Nacional de Descolonização.

1. Situação militar

Em franca normalização.

- definição de uma política para Cabo Verde
- marcação de uma data de regresso
- contracção do dispositivo militar

Algumas unidades francamente boas e disciplinadas; outras melhorando; duas convém retirar desde já para o que já estão tomadas medidas.

Anteontem dei uma volta pelas ilhas com maiores contingentes, contactei oficiais e comissões regionais do M.F.A., na falta de comissão central.

Movimento das Forças Armadas

- comissões regionais constituídas como disse
- falta constituir comissão central, o que convém fazer sem demora
- remeter documento escrito e assinado a fim de evitar eventuais imprecisões e ambiguidades de mensagens

De notar a enorme vantagem que constitui a presença dos dois Dakotas pela flexibilidade de movimentos que proporciona e o ex-

celente espírito que têm mostrado os elementos da Força Aérea.

No Exército, a Polícia Militar constitui unidades em que se pode confiar.

Na Marinha, a presença da L.D.G. mostra-se útil particularmente numa altura em que os seus serviços podem vir a ser usados na distribuição urgente de géneros alimentares.

Concretizando, direi que neste sector a situação melhorou consideravelmente.

Desejo também referir que voltou a ser pedido que as futuras Forças Armadas de Cabo Verde fossem por nós preparadas, o que começará a ser discutido na primeira oportunidade. No que respeita à P.S.P., cujo comando será assumido pelo Major Catulino, conforme acordado a nível governamental, pretendem também que a sua formação seja dirigida por elementos portugueses.

Uma medida que convém tomar a curto prazo é a definição do material que se pretende retirar.

2. Situação política

O PAIGC tem-se mostrado como a única força política existente. Tem os seus adeptos principalmente entre a juventude, a qual constitui um sector majoritário na pirâmide etária de Cabo Verde, entre os estudantes, funcionalismo e ainda entre elementos categorizados nos sectores técnicos e administrativos. São de uma maneira geral elementos dedicados à sua causa e muito po

litizados. O controle que o partido exerce parece bom, se bem que lhe escapem alguns sectores mais extremistas, particularmente entre a juventude.

Quanto a populações rurais não tenho elementos que me permitam ajuizar quanto à penetração do PAIGC, mas o certo é que se vêem bandeiras em quase todas as povoações que visitei e que se a minha ida é anunciada com alguma antecedência, surge a chamada manifestação popular.

Segundo as últimas informações colhidas, a penetração do PAIGC na Ilha do Fogo e Brava tem progredido.

Observam-se duas correntes no partido — uma moderada, a que pertence Pedro Pires, que foi designado representante pessoal de Aristides Pereira — e outra com características extremistas que deve ser encabeçada por Silvino da Luz. É de salientar que deslocando-se brevemente Pedro Pires a Portugal, veio da Guiné Abílio Duarte para o substituir, parecendo este ser também um moderado.

Da UDC e UPICV não se houve falar.

Tenho a convicção de que^{se} o PAIGC abandonasse a tese da ligação à Guiné-Bissau traria para o seu lado a quase totalidade do povo cabo-verdiano.

Lei eleitoral

O recenseamento para a Constituinte Portuguesa foi motivo de grande controvérsia. Quando cheguei, nenhuma das comissões eleitorais, criadas por Portaria de Dezembro, tinha tomado posse por oposição do P.A.I.G.C.. Abordei este assunto quer a nível Governo, quer particularmente em discussões que duraram longas horas mantendo-se o P.A.I.G.C. renitente. A intervenção do Primeiro-Ministro junto de Aristides Pereira foi favorável, ainda que no seu telegrama mantivesse o apoio à posição assumida por Cabo Verde, mas no entanto recomendava que se encontrasse uma solução. Conseguiu-se finalmente uma plataforma através da Portaria aprovada pelo Governo Provisório. As comissões de recenseamento, por concelhos, estão já seleccionadas compreendendo militares e civis. O P.A.I.G.C. fará a sua oposição, mas discretamente.

Averiguações

No dia 2 de Janeiro foi nomeada uma comissão para proceder a averiguações no Foro Militar sobre os detidos, depois de se consultar Lisboa sobre a cobertura jurídica necessária. A primeira parte do auto está praticamente concluída devendo conduzir a que sejam libertos cerca de dezasseis elementos, entre os quais o Eng. Almeida Henriques em relação ao qual se tem levantado o maior número de perguntas e pedidos.

Foram também já libertos mais sete ou oito indivíduos que se encontravam no Sal.

Quanto aos restantes, cerca de trinta e cinco, há ainda que ouvir testemunhas.

Não esquecer que existe em Cabo Verde um processo revolucionário, o qual até aqui tem corrido sem sangue; julgo de fazer todos os esforços para que assim continue.

Visita do Mr. Bates, do Gabinete do Senador Kennedy

Esteve na Praia e seguiu depois comigo para São Vicente o Mr. Bates do Gabinete do Senador Kennedy, o qual foi recebido com grandes atenções conforme fora recomendado. A sua visita teve em minha convicção por objectivo analisar ^{a situação} política em Cabo Verde, embora pretextando intenções de apoio que depois de muito analisado em nada se concretizou. Falei longamente com ele, disse-lhe qual a minha visão do panorama político cabo-verdiano. Falei-lhe no establishment cabo-verdiano e no movimento progressista que lhe faz face. Mencionou-me o nome de Roy Teixeira e de outros, concordando que eram na verdade todos elementos bem colocados e ricos. Teve também uma longa conversa com o Comandante Pedro Pires.

Saiu com um barrete do P.A.I.G.C..

3. Situação social

Observa-se uma nítida acalmia.

Está bastante reduzido o número de moções reivindicativas e é menos agressivo o tom das que se recebem.

Foi decidido a nível governamental - e está escrito em acta - que não eram de aceitar situações de facto nem que voltassem a ser detidos indivíduos pelos populares.

Nota-se uma atitude mais tolerante para com os indivíduos válidos e honestos, embora não pertencentes ao P.A.I.G.C..

O Ministro Amaro da Luz teve palavras de tranquilização para com os comerciantes que se mostrassem honestos e progressistas, assim como para com elementos com capacidade financeira, isto quando da sua recente visita a São Vicente para acompanhar elementos da O.N.U..

A democratização das estruturas, à qual já foi dado início, como em seguida referirei, constitui indiscutivelmente um factor positivo no equilíbrio do clima social.

Os factores de natureza económica têm, no entanto, uma influência decisiva, notando-se uma certa deterioração em consequência de pagamentos em atraso a que adiante me referirei, podendo a situação agravar-se repentinamente, a menos que se tomem medidas.

4. Antes de passar à situação económica e financeira direi uma palavra sobre as principais medidas tomadas a nível governamental.

Desejo salientar que se observa progressivamente uma maior confiança entre os elementos do Governo, o qual começa a

constituir uma equipa, apesar das divergências de pensamento que necessariamente ali se manifestam.

As sessões são normalmente muito longas pois que quase que cada palavra é pesada. Como nos falta um Ministro temos de estar permanentemente "em sentido", para usar a expressão do Major Barroco. Seria de toda a conveniência, por todos os motivos, designar um Ministro para o Equipamento Social e Ambiente, aliás, um dos maiores Ministérios e aquele através do qual são consumidas maiores verbas.

A distribuição dos serviços pelos diferentes Ministérios foi já acordada estando a ser publicado o respectivo diploma.

Na impossibilidade de alterar as estruturas, mas havendo que fazer a sua democratização, adoptou-se a solução de constituir comissões administrativas.

Para o efeito foram nomeadas comissões representativas do Governo, constituídas por um militar e um elemento do PAIGC, cuja tarefa é visitar todas as ilhas, auscultar as populações, propor a constituição das comissões e indicar possíveis elementos mais tarde a nomear pelo Governo. Aguardam-se ainda os resultados. A única missão que ouvi - a que se tinha deslocado a Santo Antão - diz estimar ter contactado cerca de sessenta a setenta por cento da população, estar satisfeita com o que viu, ter contribuído para um clima de maior ordem, e ter propostas a fazer que considera construtivas.

Se resultar, como se espera, este passo pode ser decisivo para uma descolonização sem grandes incidentes.

Relativamente à P.S.P., que ficou dependente do Ministério da Administração Interna, foi dado também um passo decisivo como referi ao tratar da situação militar.

A não aceitação de situações de facto nem de prisões por populares — mas sim apenas pelas vias legais — é também medida que se julga de importância.

A definição clara da posição a tomar quanto a bandeiras, e o reconhecimento do respeito que estes símbolos devem merecer, é igualmente medida de mencionar.

Não foi possível fazer progressos no sector da comunicação social pois que só há dias chegou um oficial para tratar deste departamento; mesmo assim reduziu-se consideravelmente a agressividade dos meios rádio. Desejo sublinhar o comunicado referente ao feriado concedido no aniversário da morte de Amílcar Cabral, redigido aliás pelo Dr. Faustino, Ministro da Educação e Cultura.

Mas, sem dúvida, a grande parte do tempo em Conselho tem sido consumido a tratar de questões de natureza económica e financeira a que vou imediatamente referir.

Até aqui tenho abordado aspectos que se podem considerar positivos; vejamos agora o reverso da medalha.

5. Situação económica

Sector agrícola

Sete anos de seca reduziram a agricultura cabo-verdiana a níveis não significativos que em nada contam para prover alimentos essenciais à população. Este ano choveu um pouco, mas pragas de gafanhotos destruíram as culturas, podendo dizer-se que houve mais um ano de seca.

Noventa por cento da população, que se ocupava do sector agrícola, está pois, na sua grande maioria, no desemprego. Indicarei mais adiante como se alimentam.

Sector da pecuária

A seca dizimou em grande parte o gado existente. Embora as estatísticas não sejam de confiança, pois pensa-se que restam trinta por cento dos animais então existentes, na maior parte cabras, cuja resistência e recursos são aliás bem conhecidos. Mas contribuem para o desgaste do solo em prejuízo da agricultura.

Situação alimentar

Como se sabe, o Cabo-Verdiano alimenta-se fundamentalmente de milho e feijão, ingerindo quantidades substanciais do primeiro destes cereais, mais de 400 grs. por pessoa/dia, o que causou o espanto dos técnicos da O.N.U..

O nível dos stocks de alimentos essenciais é o seguinte:

Açúcar - nível zero

Leite - deve terminar dentro de dias

Milho - até 15 de Fevereiro podendo ir até 5 de Março se se concretizar o fornecimento de 3 mil toneladas pedidas a Angola

Feijão - até 15 de Março

para repôr

Têm sido feitos todos os esforços/os níveis nas reservas aconselháveis, mas as condições actuais de compra, obrigando a pagamento contra documentos de embarque, criam enormes dificuldades pois que o Tesouro de Cabo Verde está exausto.

A situação é crítica podendo tornar-se dramática.

Sector industrial

Pouco há a dizer neste sector. À parte uma ou outra pequena empresa, principalmente ligada à pesca, nada existe de significativo.

A CONGEL, uma das grandes empresas cabo-verdianas, com capital de 50 mil contos, tem 160 mil contos de dívidas e entrou na situação de falência técnica. Procura-se, neste momento, encontrar uma solução.

O sector da construção civil ainda é o mais progressivo, mas esteve parado por falta de cimento, que felizmente começou a chegar.

A instalação de uma refinaria é presentemente um ponto luminoso neste triste panorama. Há uma firma interessada, a NAVERIL.

Sector comercial

Receoso e com dificuldades provenientes das condições de pagamento, este sector tem vindo a retrair-se, observando-se faltas de vária ordem, entre as quais medicamentos.

6. Situação financeira

O Tesouro de Cabo Verde encontra-se completamente exaurido. No dia 22 de Janeiro tinha dívidas no valor de cerca de 18 mil contos, as quais foi obrigado a contrair para pagar a segunda quinzena de Dezembro aos que beneficiam do plano de apoio às populações, mediante frentes de trabalho, através dum subsídio não reembolsável. Não foi paga ainda a primeira quinzena de Janeiro. O reforço de 50 mil contos, concedido em Dezembro de 1974, e cuja transferência só agora se materializou, não permitirá mais do que saldar dívidas e pagar a primeira quinzena de Janeiro.

Em fim de Janeiro o Tesouro ficará novamente exaurido, crendo-se haver dificuldades em pagar ao funcionalismo, a não ser recorrendo de novo ao crédito.

Por outro lado, a Caixa de Tesouro de Cabo Verde no M.C.I. encontra-se sem dinheiro.

Deste modo, para além das dificuldades de pagamentos, surge a impossibilidade de encomendar géneros, como já mencionei.

A Guiné deve a Cabo Verde cerca de 35 mil contos. E Angola cerca de 20 mil contos, isto ainda por confirmar. A regularização destas dívidas pode traduzir-se num certo alívio, mas não

é mais do que um balão de oxigénio.

Auxílio da O.N.U.

Como se sabe, os resultados da ida de uma missão da O.N.U. foram uma completa desilusão. Dos 20 milhões que se tinha a esperança de serem obtidos conseguiram-se até agora unicamente projectos no valor de 3,25 milhões, em géneros alimentares que nunca poderão começar a ser entregues antes de Março ou Abril e cuja distribuição se estenderá por 3 ou mais meses. O sentimento de frustração e a reafirmação das necessidades de Cabo Verde foi posta ao Secretário-Geral em mensagem de que o M.C.I. tem cópia. Nada, no entanto, é de esperar neste capítulo.

Subsídio não reembolsável

Como se sabe, é esta a única fonte de recursos que dispõe a grande maioria do povo cabo-verdiano e aquela que lhe tem permitido sobreviver à fome resultante da seca. Está estimada para o primeiro semestre deste ano uma verba de 500 mil contos, dos quais 250 mil para as frentes de trabalho, 180 mil para cobrir diferenciais de preços, 60 mil para distribuição directa de alimentos e 10 mil para distribuição de medicamentos.

Através das frentes de trabalho são pagos salários a cerca de 60 mil pessoas na base de 30\$00 por dia a homens, 22\$50 a mulheres e 18\$00 a menores cinco dias por semana. Se se fizerem as contas considerando que uma família média cabo-verdiana tem sete pessoas e que só duas destas são autorizadas a trabalhar num esquema desta natureza, chegar-se-á à conclusão de que a capi

tação é cerca de 5\$50 por dia. Sublinhe-se que um quilo de milho é vendido a 3\$50 e que este mesmo quilo de milho deverá custar ao Estado 7\$00.

Note-se também que estas 60 mil pessoas que recebem salários representam na verdade famílias que totalizam 220 mil a 240 mil pessoas, isto se tomarmos como a família média 7 pessoas.

É esta fonte de recursos associada às remessas dos emigrantes e a um ou outro resultado de uma agricultura rudimentar que tem permitido ao povo cabo-verdiano sobreviver.

Plano de Fomento

As verbas atribuídas ao Plano de Fomento que se cifram na ordem dos 150 mil contos no que ao Orçamento Geral do Estado respeita são também um elemento que contribui para a manutenção do povo cabo-verdiano, mas com menor incidência no que respeita ao número de pessoas.

7. Procurou dar-se um panorama geral da situação político, económico-financeira de Cabo Verde. Julga-se que por si só ela é suficientemente esclarecedora.

Para terminar deseja-se unicamente dizer que se não for concedido pelo menos para os próximos 6 meses verbas para o subsídio não reembolsável e para o Plano de Fomento, a situação de Cabo Verde, que já é crítica no que respeita a aspectos alimentares, tornar-se-á catastrófica em pouco tempo.

Não é também difícil de prever que a situação social entrará em imediata deterioração e que o equilíbrio político, que se conseguiu, não tardará em desfazer-se, o que aliás os elementos do PAIGC deixaram já antever.

De notar também que determinado número de elementos reaccionários procuram aproveitar-se desta situação para apontar a não validade da solução adoptada pois que do anterior nunca faltava nem dinheiro nem géneros.

Creio não ter sido pessimista, mas unicamente ter analisado a situação cabo-verdiana com realismo.

Se, pelo contrário, continuarmos a conceder os subsídios não reembolsáveis como temos feito até agora, julgo ter justificadas razões para admitir que o processo de descolonização de Cabo Verde poderá processar-se sem sobressaltos de maior e por forma a dignificar-nos.

Foi isto que entendi em meu dever trazer ao conhecimento de V. Ex^{as}.